

Eleitos da oposição definem alternativas ao pacote

Seis novos governadores da esquerda decidem levar as propostas ao presidente

CLÁUDIA CARNEIRO
e GERSON CAMAROTTI

BRASÍLIA - Os seis governadores eleitos pela oposição que vão procurar o presidente Fernando Henrique Cardoso para apresentar um conjunto de propostas alternativas. As propostas foram definidas ontem, na primeira reunião do grupo, que lançou um fórum permanente para fortalecer e unificar suas posições. Eles declararam-se contrários ao pacote, alegando que as medidas quebram o pacto federativo.

A iniciativa de procurar Fernando Henrique foi endossada pelo principal líder de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que defendeu, no encontro, a abertura de diálogo para que os governadores exijam o "respeito devido" aos Estados. "Os governadores nunca são chamados pelo presidente para conversar, o que deveria ser atitude frequente do governo."

"Vamos tomar a iniciativa de nossos governadores adotarem uma ação conjunta e levar as propostas ao presidente, e não esperar que ele adoce o ouvido dos governadores, um a um", disse Lula, que já se excluiu do encontro com Fernando Henrique, alegando que deve ser formalizada uma relação entre governos federal e estaduais independentemente dos partidos.

O encontro reuniu os governadores eleitos Olívio Dutra (PT-RS), Zeca do PT (MS), Jorge Viana (PT-AC), Anthony Garotinho (PDT-RJ), Ronaldo Lessa (PSB-AL) e o reeleito João Capiberibe (PSB-AP). Com eles, estava o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), os candidatos que formaram a chapa da esquerda, Lula e Leonel Brizola (PDT), os líderes da oposição na Câmara e no Senado e os presidentes dos partidos.

Depois de mais de duas horas reunidos, eles decidiram que farão oposição frontal ao pacote e vão atrás do apoio de outros governadores, mesmo os do partido de Fernando Henrique. Está praticamente certa a presença nessa frente do governador eleito de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB). O PMDB estava representado no encontro pelo deputado Zaire Rezende (MG).

O presidente do PT, José Dirceu, afirmou que o novo governador mineiro "já manifestou interesse em integrar a frente de oposição ao pacote". O próximo da lista é o governador paulista Mário Covas (PSDB), de quem o presidente do PT espera a iniciativa de marcar um encontro com a oposição.

Os governadores reunidos ontem avaliam que o pacote que exigirá muito mais sacrifício dos Estados do que da União. "O pacote aprofunda a recessão no País, leva ao desemprego e vai levar Estados e municípios à desagregação social e a uma situação de total ingovernabilidade", afirmou Garotinho, eleito porta-voz do grupo.

O conjunto de propostas prevê



Foto: Wilson Estrela/ABr

Discurso afinado: Jorge Viana, Olívio Dutra, Anthony Garotinho, Zeca do PT, Ronaldo Lessa e João Capiberibe, no encontro na Academia de Tênis

A PROPOSTA

A contraproposta dos governadores para o ajuste fiscal

■ Retirar a conta dos aposentados e pensionistas da Lei Camata, que impõe um limite de no máximo 60% de comprometimento da receita líquida do Estado com o pessoal do Legislativo e Judiciário. Querem a criação de um fundo previdenciário para restituir Estados e municípios da contribuição paga no passado pelos funcionários públicos celetistas que tornam-se estatutários.

Também reivindicam critérios iguais e não discriminatórios para a compensação das perdas dos Estados com a Lei Kandir, e não aceitam a prorrogação e ampliação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), pretendido pelo governo a partir de 2000. E cobram a contrapartida que o governo não está assumindo no Fundo do Magistério (Fundef), para cumprir a disposição legal de aplicação dos 15% do Fundo de Participação dos Estados (FPE) no ensino básico.

■ Criar um fundo previdenciário para restituir os Estados e municípios dos recursos arrecadados até 1988 pelo governo federal, com a contribuição dos funcionários públicos que eram regidos pela CLT e optaram pelo regime estatutário e o direito de aposentadoria em valor integral, custeada pelos Estados.

■ Definir critérios iguais para a compensação das perdas dos Estados com a Lei Kandir, que desonerou as exportações e investimentos. O governo federal estaria discriminando os Estados governados pela oposição.

■ Não prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e em nenhuma hipótese o aumento do percentual de desvinculação dos recursos, pretendido pelo governo a partir de 2000. A ampliação de 20% para 40% do FEF elevaria as perdas estaduais de R\$ 1,3 bilhão, até agora, para R\$ 2,7 bilhões, tornando inviável o funcionamento de vários Estados.

■ Contrapartida do governo federal na aplicação dos 15% do Fundo de Participação dos Estados (FPE) no ensino básico para a complementação do Fundo do Magistério (Fundef), quando os governos estaduais não conseguem honrar o custo de R\$ 315 por aluno ao ano, como determina a lei.



**PARA
PLANALTO,
GRUPO ESTÁ
'NO PALANQUE'**

de Participação dos Estados (FPE) no ensino básico.

"Não estamos aqui apenas para fazer oposição, mas sim para contribuir para um País melhor", disse Viana. Os governadores foram unânimes em afirmar que o pacote destrói o pacto federativo. "Esse pacote é uma violência, porque acentua a centralização pelo governo federal", disse Olívio.

Porta-voz - Mais tarde, Fernando Henrique, por intermédio de seu porta-voz-adjunto, Georges Lamazière, classificou a atitude dos governadores como uma "tentativa de levar para o palanque" discussões sobre as medidas enviadas pelo governo: "O presidente telefonou para vários governadores e não foi esta a posição que ouviu deles."

Colaborou Isabel Braga